

Boletim de agosto de 1986.

Prezado Pompeu,

Em primeiro lugar agradeço a sua atenção para com este caso que foi carregado há anos nas costas. É realmente difícil resumir alguma coisa que em tudo nos parece ser útil. Procurarei, como você solicitou, resumir algumas informações importantes para o entendimento da questão. Porém, mesmo assim, estou encaminhando a você, uma pequeníssima parcela de documentos, onde eventualmente, possam ser igualmente importantes. Desculpe-me se mesmo assim pareçam ser unsitos papeis.

Eis alguns dados:

1º Após 1/2/80 (antes desta data o Boletim especial Ano II nº I da ADUR, resume bem) o fato mais marcante para a deliberação em 19.3.80, da greve geral dos estudantes da UFRJ, tirada em assembleia geral.

2º No decorrer da greve geral inúmeros fatos ocorreram, sendo os mais importantes a mediação da crise pela Comissão de Justiça e Paz da Universidade de Nova Iguaçu, auxiliada pela comissão de Paz de alunos da UFRJ. Esta comissão de Paz... para a credora do êxito do

movimento, principalmente por fazer chegar a presidente da República um apelo explicativo e contundente sobre o impasse ora existente. (Ver carta xerocada)

3º Obtivemos o parecer nº 56/80 do Processo 203.237/80, do consultor jurídico do MEC Dr. Alvaro Alvaros da S. Campos. (Parecer xerocado; É o documento mais importante que possuo). Apesar das informações que chegaram a mim afirmarem que o Ministro da Educação da época, o Dr. Eduardo de Mello Portela havia endossado o parecer, esta assinatura em documento oficial nunca foi vista. O Dr. Alvaro Campos até os dias de hoje compartilha com os pensamentos escritos no parecer. Ele continua no MEC.

4º Por intermédio da comissão de País... o Ministério da Educação faz uma proposta à comunidade universitária em greve: "contratação do professor pelo Ministério da Educação como maneira de procurar reparar a injustiça cometida". Tal proposta fora feita por um telex que não possui (provavelmente esta na ASUR-RJ) na pessoa do Secretário de Ensino Superior Dr. Tarciso Della Santa. O movimento estando já enfraquecido e tendo durado aproximadamente 4 meses (só a greve), todos cedemos a única luz que víamos no túnel. O Presidente da comissão de País Dr. Hélio Amorim, informou que a proposta era sólida e confiável. Mostrou que iria

pessoalmente acompanhar o desfecho da questão.
Recebi na mesma semana a visita do Dr. Sérgio
Omar Fernandes da Sub-secretaria auxiliar do MEC,
que atestou a proposta do MEC. Aceitei pelas circunstân-
cias. O momento cessou com reconhecida vitória
parcial. (alguns xerox de jornal)

5º Fui convidado para ir a Brasília (MEC) acertar os
detalhes da tal contratação. Lá chegando o Dr. Sérgio
recebeu-me e explicou-me que uma solução
estudada pelo MEC seria contratar-me em conse-
quência da formalização de um convênio com a
FUNDEF junto à Universidade Federal de Minas Gerais.
Ao mesmo tempo informou-me que eu seria
consultor técnico da CETA (Comitê Especial de
Ciências Agrárias), levar-me até esta entidade
onde registariam meus dados pessoais e curriculares.
Parti de Brasília com a total certeza que fui
engarado (e também a comunidade da UFRRJ que
me apoiou). Pagarão minha passagem para Belo Horizonte
(no mesmo dia) para apresentar-me na ~~Reitoria~~
Reitoria da UFMG ao Prof. Marcio Quinto Moreno,
ora presidente da FUNDEF. Aqui chegando o Prof.
Quinto me recebeu e informou que eu seria
contratado por um convênio entre a SESU/MEC e a
FUNDEF, ficando à disposição na Escola de Veterinária
da UFMG. Seria contratado como Zootecnista da

Fundado, e não como professor.

6º Demorou-se algum tempo até que eu realmente fosse contratado. Forçada a situação a parecendo em Belo Horizonte em julho de 1980 e a FUNDEP concretizou o convênio com o MEC. Não havia outra solução.

7º O Dr. Álvaro Campos foi por mim contactado por telefone, tendo aconselhado que mantivesse "vivo" o processo no MEC. Assim o fiz, fazendo várias solicitações de certidões do interior das universidades. Estas solicitações foram feitas ao MEC e à reitoria da UFRJ. Nunca fui respondido.

8º Trabalhei como Zootecnista no "pajuel" jorin, na fazenda, exerci "papel" (com outro sentido) de professor. Dei inúmeras aulas em várias disciplinas, cursos de minha especialidade (produtos de coelhos) foram ministrados por mim, em caráter de extensão, para os alunos da Escola de Veterinária. Durante quatro anos assim foi. Era professor e ao mesmo tempo não o era. Fiz o Mestrado neste período. Colegas do Depto de Zootecnia, depois de tanto tempo, ajudaram-me a conquistar uma vaga para concurso de professor assistente. Disputei com uma profissional com 20 anos de experiência, e tornei-me a ser novamente "professor", em setembro de 1984.

9º: Continuei em contato, em todo esse tempo com o Dr. Alvaro Campos. Por sugestão deste, vindo a mimbra quase plena expectativa que o recurso hierárquico feito em 1980, fosse concretizado em meu favor, por algum Ministro que ele se sensibilizasse, mandei uma carta já agora na "nova república", para o então Ministro Marco Maciel, solicitando uma solução. Esta carta fora feita já que chegava já aos 5 anos que o recurso já havia sido feito, havia a possibilidade de que o tempo do processo o tornaria inútil.

O Ministro de então, recebeu a carta, e chegou nas mãos do mesmo Alvaro Campos uma consulta sobre o caso. O Dr. Alvaro demonstrou para mim que provavelmente o Ministro Marco Maciel solucionaria a questão. E realmente acho que faria. O ministro pediu um posicionamento do atual reitor da UFRJ que até onde eu saiba nunca respondeu.

10º: O Dr. Alvaro Campos reconstituiu o processo, revitalizando-o com documentos que eu mesmo mandei para Brasília, por que o processo original ~~estava~~ certamente na UFRJ ou em Brasília.

Desafio

11º O Ministro Mauro Mariz sai e o caso não se resolve.
Com o novo Ministro não tive nenhuma informação
de fôlego sobre o assunto.

12º O Dr. Alvaro Campos em ligação telefônica informa-me
que tem um bom respaldo, como um repositório da
ADUR-RJ, ou a ANDES, de preferência meu caso será
solucionado. Informa-me igualmente que o atual
Procurador geral do MEC Dr. Roldão Boletti (Maluista
e com fôlego de direita autoritária) não vê solução
para o meu caso, principalmente por acreditar que o
reitor fez o que fez por que poderia ter feito.
E que o fato de eu ter levantado o fundo
de garantia na época (passei a fazer grandes
graves, não havia outra solução) selava a
questão. O Dr. Alvaro Campos me vê amparado e tem
bases jurídicas para tal fôlego (Ver parecer).

13º Informações adicionais que eu não posso provar:

a) O Vice-reitor da UFRRT na época fora o mentor
intelectual de todo o processo, vendo-o como boa
oportunidade de desestabilizar o reitor e assumir
o cargo. (nome do vice-reitor é Vicente de Paulo Graça)

b) A procuradora-geral da UFRRT. Dra Maria Arruda
Bacharat, em todos os momentos, "forçava"

a posição de intransigência do reitor. Foi a autora de todos os documentos elaborados pela reitoria da UFRJ na ocasião. Era e ainda é feroz adversária jurídica do Dr. Álvaro Campos. Ataca o Dr. Álvaro sempre que pode, por aquele ter assumido posição de minha defesa (e foi também a do Ministro). A Dra. Bacharat foi secretária particular do ex-Ministro da educação Tarso Passarinho (Dizem que muitos processos contra estudantes na época, foram por ela elaborados com uma destreza de robô).

② O Ministro Eduardo Portela estava desgastado com o processo da greve, e este desgaste era interessante para setores governamentais. O reitor da UFRJ, enquistor-se nestes setores, para proteger-se dos desígnios do Ministro. Este, sentindo-se impotente politicamente manifesta-se que saíria do cargo. Fato consumado pouco tempo após o movimento.

③ Uma das mais graves passagens que somente agora fiquei sabendo de onde ~~proveniente~~ ^{proveniente} era de que toda a posição da reitoria (intransigente e limitativa) no meu caso, seia para proteger o meu que deixou de atender o acidentado George Ricardo Abella. Em meu processo este fato fora ~~sempre~~ ignorado. A questão maior era o demandado e a injustiça deliberada.

— x — x — x —

Beim meu caro Pauzer, foi duro lembrar estas coisas apesar de remotas. Espero que a ANDES possa ajudar-me. Este meu caso foi uma das primeiras batalhas travadas por docentes e discentes na luta por justiça, no esforço sem igual que impulsiona gente como você no cargo que ocupa. Sei que fará o possível para a solução do caso, no entanto, já começa a bastar para mim a desforça para encarar a questão. Parece continuar viva aquela emoção que conheci há 6 anos atrás. Fico aguardando notícias e pronto para qualquer coisa que necessitar.

Um abraço.

Walter

PS.: Em princípio, não penso em retornar um dia, para a UFRB; Minha função atual é de na UFRB (oxalá seja feito!) o cargo que atualmente teria se estivesse na UFRB, ou seja, já seria professor adjunto RI. Atualmente sou professor (ass)unto RI. Afinal o empregador é o mesmo, não? Logicamente que também não foge a ideia de ter o ressarcimento do trabalho feito no mesmo período, considerando a diferença (grande) que existia pelo salário de Zootecnista da FUNDEF. Descreve a extensão do post-scriptum!